

# Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares (França, 2005)

Stéphane Beaud e Michel Pialoux

Tradução de Vera Telles

Revisão técnica de Sergio Miceli

Muitos observadores franceses ficaram surpresos com as rebeliões urbanas que, em novembro de 2005, se seguiram à morte de dois jovens da periferia parisiense – ambos de 15 anos, filhos de imigrados malineses e tunisianos (lixeiros em Paris) – que, perseguidos pela polícia quando voltavam de um jogo de futebol, se refugiaram em uma central elétrica, onde morreram eletrocutados. Tendo publicado, em 2003, o livro *Violences urbaines, violence sociale* [Violências urbanas, violência social], cujo ponto de partida foi uma “rebelião urbana” em Montbéliard, esses acontecimentos não poderiam ser uma surpresa para nós. As últimas frases do livro evocavam a amplitude das discriminações sofridas pelos jovens franceses filhos de imigrados e se interrogavam sobre as conseqüências sociais do impossível acesso, para a maioria deles, a um emprego estável. E o livro terminava com estas palavras: “Quantas bombas de efeito retardado!”. Não era necessário ser adivinho para antecipar o futuro, pois a recorrência de rebeliões urbanas na França, nos últimos quinze anos, está inscrita em uma “ordem das coisas” que remete a fenômenos estruturais: o desemprego dos jovens com baixa escolaridade, a precarização sem saída, o agravamento da segregação urbana, o fracasso escolar, a pauperização e a desestruturação das famílias populares nos conjuntos habitacionais HLM<sup>1</sup>, a discriminação no recrutamento, o racismo ordinário etc. São fenômenos que produzem, no correr do tempo, uma violência social multiforme nem sempre visível, mas que, condensada e coagulada, pode

1. HLM: Habitação de Locação Moderada. Conjuntos habitacionais construídos pelo governo francês nos marcos de um amplo programa social de moradia destinado às classes populares. Diferente da situação brasileira, esse foi o padrão de moradia para a grande maioria das classes populares, em particular dos enormes contingentes de trabalhadores que se instalaram nas periferias urbanas a partir do pós-guerra. O acesso à propriedade da moradia só começa a se generalizar em meados dos anos de 1980, mais intensamente no início da década de

1990, quando entra em vigor uma política deliberada do governo francês no sentido de facilitar o crédito e a aquisição da moradia própria, em grande parte pequenos prédios de apartamento construídos em loteamentos afastados dos grandes conjuntos habitacionais. Esse foi um fator considerável para a fuga das camadas sociais mais estáveis e com maior renda dos grandes conjuntos. No correr desses anos, esses conjuntos terminaram por concentrar justamente os trabalhadores mais precarizados, sobretudo as famílias imigradas e a geração de seus filhos já nascidos em território francês. A respeito, ver o artigo de Oliver Masclat incluído neste número da revista *Tempo Social* (N. T.).

2. Como prova de sua interpretação das rebeliões – bandos de “pilantras” que semeiam a desordem nos bairros populares –, o ministro do Interior tirou do chapéu dados estatísticos que estabeleciam que 80% dos jovens apresentados à Justiça seriam “bem conhecidos dos serviços de polícia”. Essa estatística, brandi-

eclodir de uma hora para outra. Basta um detonador. Para conferir sentido a uma rebelião urbana, que sempre produz um efeito de surpresa, por vezes estupefação, é preciso, antes de tudo, colocar em evidência essa violência invisível, pouco espetacular – se bem que não é pouco o quanto dela se fala nas mídias. Apenas essa violência social pode explicar a espécie de raiva autodestrutiva que caracteriza tais rebeliões.

A falsa oposição entre “ralé” e “verdadeiros jovens”

Essa perspectiva sociológica supõe necessariamente passar pela história e pela compreensão da gênese das disposições. Ao contrário disso, o discurso sobre as violências urbanas proferido pelos representantes das instituições (polícia, justiça, escola), ou pelos homens políticos, volta-se, quase sempre, para a busca e a designação dos “culpados” – os “arruaceiros” (*casseurs*) ou os “delinquentes”, como diz Sarkozy –, esses que teriam participado ativamente do movimento e que seria preciso neutralizar o quanto antes. Passam a impressão de que, para restabelecer a calma e pacificar os bairros populares, bastaria focalizar os “microgrupos” que se constituem em torno de seus líderes (os *caïds*) e isolá-los de uma vez por todas. Esse discurso policlesco tem a particularidade de ocultar a gênese das atitudes e dos grupos rotulados como desviantes. É um discurso que se alimenta de uma etiologia sumária do fenômeno da violência e que se apóia numa dicotomia apaziguadora: de um lado, um núcleo de “violentos”, “irredutíveis” e “selvagens”, dos quais não se ousa dizer que são irrecuperáveis e não reeducáveis (mas é, no entanto, o que pensam muitos dos responsáveis políticos), e, de outro, os jovens “não violentos” que se deixam levar e que seria preciso proteger contra a contaminação dos demais.

Podemos reconhecer aí as grandes linhas do discurso do ministro do Interior, que, ao endurecer a linguagem, parece reativar o vocabulário das classes dominantes do século XIX confrontadas com as rebeliões populares. Assim, desde os primeiros dias, os revoltosos foram rebatizados por Sarkozy, em uma lógica de provocação calculada, com o nome de “ralé”. A expressão teve um papel decisivo na difusão das “rebeliões” de Clichy-sous-Bois para a região parisiense e para toda a França. Essa “semântica guerreira”, para retomar as palavras de outro ministro (Azouz Begag), pretende fazer acreditar que havia, de um lado, os “delinquentes” e “arruaceiros”, e, de outro, os “bons jovens” (os “verdadeiros jovens”, como disse certa vez o ministro na televisão). Como se fosse suficiente separar o joio do trigo<sup>2</sup>. Ainda resta

fazer a sociologia dos jovens denunciados à Justiça (perto de 3 mil). Porém, os dados das audiências mostram que, ao contrário das declarações do ministro do Interior, trata-se de jovens “comuns”, que pertencem aos meios populares: alguns já terminaram seus estudos, outros fazem bicos (empregos temporários, vendedores ou ajudantes de cozinha) e outros ainda estão estudando. Sem ficha judiciária, eles mergulharam no movimento, atraídos pela efervescência do momento, levados pelo mesmo sentimento de revolta, em meio a uma experiência compartilhada das mesmas condições sociais de existência, conscientes de pertencer a uma mesma geração sacrificada. Quanto aos menores, o juiz Jean-Pierre Rosenczweig constatou que, no tribunal de Bobigny, dos 95 menores apresentados apenas dezessete eram conhecidos da Justiça: “Alguns eram conhecidos não por terem cometido algum ato de delinquência, mas porque eram objeto de alguma medida de assistência educativa para crianças em situação de risco” (*Le Figaro*, 19/11/2005).

A comunidade de experiência dos jovens dos conjuntos habitacionais

Esses dados contradizem a cômoda tese que imputa as rebeliões urbanas à ação perniciosa exclusiva da “ralé”. É preciso, primeiro, compreender que a juventude das periferias francesas constitui um universo social diferenciado. E, depois, analisar as razões que podem levar jovens “comuns” a se juntar ao movimento lançado pela fração potencialmente mais violenta.

Contrariamente às representações correntes, essa juventude não se reduz apenas à sua fração mais visível no espaço público, qual seja o núcleo duro de jovens desempregados (em certas regiões populares, chegam a 40% entre os jovens de 15 a 25 anos). Esse grupo social inclui, de um lado, os jovens que trabalham, principalmente operários ou empregados, quase sempre em empregos temporários ou com contratos de curta duração, e, de outro, um contingente de jovens escolarizados, entre os quais estudantes orientados para carreiras (ensino técnico ou profissional) que eles percebem como de relegação escolar, alunos em liceus de ensino geral, bem como estudantes de faculdade ou ainda dos cursos técnicos superiores (muito raramente nos cursos preparatórios para as Grandes Escolas do ensino superior). Além desses, uma minoria de jovens com profissões intermediárias (professores do segundo grau, educadores, animadores etc.) que continuam a viver com seus pais ou que preferiram continuar morando nos mesmos conjuntos habitacionais.

Existem clivagens fundas entre esses grupos, sobretudo entre as frações contrastantes: de um lado, os estudantes bem situados em sua busca de

da como troféu e repetida à exaustão pelas mídias audiovisuais, é inaceitável. As primeiras audiências dos “revoltosos” no tribunal de Bobigny mostraram que a maioria deles não tem antecedentes judiciais e não podem ser rotulados como “delinquentes”. A pena mais pesada até agora pronunciada (quatro anos de prisão para um incendiário de uma grande loja de tapetes) diz respeito a um jovem de 20 anos, trabalhador temporário, titular de um diploma técnico de pintura, filho de um operário francês morador da periferia de Arras.

diplomas e, de outro, os jovens desempregados ou os estudantes empurrados para as escolas profissionais que eles próprios não escolheram, e que se percebem sem futuro. São principalmente estes que, com mais tempo disponível, formam bandos que se reúnem na frente dos prédios para discutir, passar o tempo, fumar seus “baseados”, “delirar” um tanto, tudo isso em meio a um sentimento intenso de autodepreciação. Esses bandos não são mundos fechados e estanques: em certos momentos e conforme as circunstâncias, a eles se juntam jovens mais escolarizados que aí encontram o prazer do convívio masculino. Para além das diferenças internas de *status*, existe uma grande porosidade entre as diversas frações dessa juventude. E isso é fundamental de ser bem compreendido. É essa porosidade que permite, por exemplo, que um jovem situado nos postos mais elevados e mais valorizados do sistema de ensino, mas que sofreu uma forte discriminação em sua busca por um estágio, possa se juntar pontualmente ao combate de seus companheiros de infortúnio, muito freqüentemente pouco escolarizados. Em certos momentos, o que os aproxima é mais forte do que aquilo que os separa. Esses rapazes cresceram juntos nos mesmos locais de moradia e partilham uma comunidade de experiências que cria laços muito fortes entre eles (“para toda a vida, até a morte”). Comunidade de experiências vivida freqüentemente na forma de gangues, marcada pela mesma privação material, pelas mesmas humilhações derivadas de uma pobreza endêmica, e associada à cor da pele (controles pessoais reiterados, polícia cada vez mais agressiva e brutal com os negros e os árabes, que são a grande maioria dos moradores dos conjuntos habitacionais na região parisiense). São estigmas que não se apagam. Não se pode, por exemplo, compreender a recente e enérgica manifestação de Lilian Thuram, “bilionário do futebol”, contra as declarações de Sarkozy (“É preciso saber por que as pessoas ficam assim! Não existe agressividade gratuita, não acredito nisso. É preciso ir mais longe”) sem levar em conta que a sua consciência política foi forjada no convívio com essa juventude, em contato com as discriminações e com o racismo que eram o pão cotidiano de sua vida então. São estigmas que não se apagam, qualquer que seja o nível de renda conquistado, ao contrário do que pensa o ministro que pretendeu desqualificar as declarações do jogador de futebol com ironias a respeito de seu elevado padrão de vida.

A verdadeira questão sociológica suscitada por essas revoltas é a seguinte: como explicar a participação dos jovens “comuns” nesses acontecimentos? É como se os comportamentos de autodestruição, até então reservados à fração mais humilhada dessa juventude, tivessem progressivamente se difundido

entre aqueles que, até pouco tempo atrás, esperavam conseguir se arranjar na vida por meio da escola, ou então pelo empenho no trabalho. Talvez esteja nisso a verdadeira novidade desse movimento: a desesperança social, antes reservada aos membros mais dominados da juventude – e que se expressa notadamente no uso de drogas, nos comportamentos de risco (roubos, dirigir como “loucos” ao volante dos carros) –, parece ter atingido os jovens operários e os mais escolarizados (*bacheliers*)<sup>3</sup>, até agora menos afetados por esse infortúnio. Entre eles, muitos perderam a paciência e a esperança, à força de tanto bater contra o muro da discriminação e do racismo, acumulando, assim, no correr do tempo, um enorme ressentimento. De fato, o futuro objetivo desses jovens, de todos eles, ficou dramaticamente mais sombrio nos últimos anos. Ninguém ignora que a situação dos empregos degradou-se a partir de 2000. Porém, o que talvez não se conheça tão bem é o fato de que essa degradação atingiu em cheio os jovens desses conjuntos. Entre os diplomados do secundário, que penam para encontrar um lugar no mercado de trabalho, a discriminação na hora do recrutamento pesa duramente, e acaba rebatendo com violência naqueles diretamente afetados, ainda mais quando os refúgios (contratos subsidiados, empregos para jovens) antes oferecidos a esses estudantes foram aos poucos se inviabilizando. É preciso insistir sobre a extinção dos “empregos para jovens”<sup>4</sup>, pois de alguma forma eles permitiam a esses estudantes se reerguer e recuperar a confiança em si depois do fracasso em seus estudos superiores, lhes oferecendo uma situação, uma renda, possibilidades de se estabelecer e sonhar com um futuro melhor. Entre os jovens operários, a precariedade aumentou grandemente nos empregos não-qualificados, para chegar a essa obra-prima da desregulamentação do mercado de trabalho que são os chamados contratos “novos-empregos”. Na região parisiense, onde as possibilidades de emprego são maiores (fábricas, construção, hotelaria e restaurantes, terciário não-qualificado), uma parte considerável desses jovens trabalha em empregos manuais: em fábricas, no aeroporto de Roissy, no terciário não-qualificado (triagem postal, telemarketing etc.). Porém, depois do 11 de setembro, Roissy, que era um grande empregador de jovens moradores dos conjuntos habitacionais, parece ter feito a “limpeza”, por conta dos temores de ameaça terrorista. Citroën Aulnay dispensou recentemente seiscentos trabalhadores temporários, e Roissy anunciou 550 dispensas de temporários, em 2005. As pequenas melhorias do mercado de trabalho não duraram muito, o mau tempo está de volta. A degradação também afetou as condições de trabalho. Estresse, fadiga, “ambiente apodrecido”, essas são as palavras que voltam freqüentemente quando eles falam dos novos serviços ou

3. *Bachelier*, o estudante titular de um *baccalauréat*, ou *bac*: trata-se de um diploma conferido aos que passam por um exame aplicado após a conclusão do secundário e que os credencia a seguir o ensino universitário. Corresponde ao primeiro estágio universitário (N. T.).

4. Uma entre as várias formas de empregos subsidiados (os chamados *emplois-aidés*, literalmente, empregos-ajudados) estimulados pelo governo francês nos marcos de políticas de emprego praticadas desde os anos finais da década de 1980 e mais amplamente nos anos de 1990 (N. T.).

das fábricas em fluxo-contínuo. Entre os jovens que trabalham, muitos percebem sua situação como um fracasso: não conseguem escapar dos empregos precários, com contratos de curta duração ou como temporários. Ainda que não empreguem essa palavra, eles são “operários” sem qualificação com grandes chances de assim permanecer. Não terão meios de melhorar sua condição social e serão obrigados a reproduzir o modelo paterno do qual quiseram quase sempre se livrar. Como disse um rapaz em uma reportagem do “Envoyé Spécial”, “nós somos manuais... como nossos pais [sorriso triste], com uma coisinha a mais, e é tudo”. Para eles, o insuportável é esse sentimento de estar destinado a ficar no mesmo lugar, uma recusa visceral de aceitar essa condição operária doravante associada à iniquidade.

É preciso ainda lembrar que as experiências de trabalho desses jovens podem ser muito difíceis de serem vividas. A condição dos filhos de imigrantes tornou-se infinitamente mais complicada com o aumento do terrorismo praticado pelo islamismo radical. Os controles multiplicaram-se no espaço público, mas também nas fábricas. Um *beur*<sup>5</sup> é um suspeito por natureza: seja como potencial aliado das ações terroristas, seja como “muçulmano” contrário à lei do véu etc. Assim, Karim, 22 anos, conta que seus colegas de trabalho nunca são chamados pelo nome, mas por um apelido que provoca o riso a cada vez que é pronunciado: “Al Quaeda”. Um estudante de Nantes conta que um amigo, temporário como ele em Saint-Nazaire, de nome Farid, foi brindado pelo seu chefe com o apelido “Petit Popaul”<sup>6</sup> – e é assim que foi chamado durante os seis meses de trabalho temporário. Seria possível multiplicar esses exemplos que mostram o custo elevado a ser pago por esses jovens por conta de sua integração profissional. Essas experiências de trabalho, esses casos circulam o tempo todo nos conjuntos habitacionais. Uma vez transposta, timidamente, a porta da empresa, além da discriminação há também a hostilidade surda, por vezes o racismo aberto, tudo isso tendo de ser enfrentado por eles. Esses jovens têm a impressão de não serem bem-vindos no mundo do trabalho. Talvez essa seja uma grande diferença em relação aos operários veteranos, que entraram em um mundo operário talvez também reticente e inclusive hostil em relação aos “jovens árabes”, mas que era mais estruturado, mais marcado pela presença sindical. O mundo operário após a “classe operária” é mais anômico, minado pela precariedade, mas também pelas invejas e pela concorrência interna exacerbadas pelas novas formas de organização do trabalho. Conseqüência: para esses jovens, conquistar um lugar no mercado de trabalho exige sempre mais esforço, mais abnegação, mais comedimento... Porém, eles pertencem a uma gera-

5. Designação dos descendentes de imigrantes magrebinos (do Magreb, norte da África: Marrocos, Argélia e Tunísia, ex-colônias francesas) nascidos na França (N. T.).

6. Diminutivo do nome próprio Paul. Designativo utilizado para crianças ou jovens franceses brancos. Quando utilizado para um jovem descendente de árabes, ganha um significado pejorativo, querendo convertê-lo em algo que ele não é (N. T.).



ção social que foi marcada pela vida nos conjuntos habitacionais, a qual não quer desempenhar o papel de “rebaixados” e tampouco reproduzir a lógica das humilhações vividas pelos pais.

As experiências vividas pelos rapazes – no trabalho, no espaço público, na relação com a polícia (ponto essencial que não será aqui tratado) – circulam o tempo todo nas conversas entre os grupos de jovens e também no interior das famílias. Não é de espantar, portanto, que as meninas, apesar de sofrerem formas cotidianas, por vezes violentas, de dominação masculina exercida pelos rapazes (uma delas falou com graça a um jornalista de *Politix*: “Nós, no conjunto, vivemos em permanente toque de recolher”), não deixaram de exprimir uma solidariedade muda para com os garotos nas revoltas de 2005: elas vivem, no cotidiano, a degradação das condições materiais de existência nesses conjuntos e também sabem, por experiência própria, que o racismo é sexuado e atinge mais duramente os meninos. Podem condenar a violência gratuita, notadamente contra as escolas, mas não deixam de compreender a desesperança de seus irmãos. Tampouco é de espantar que os pais imigrados, pais e mães igualmente, tenham manifestado uma enorme ambivalência diante da revolta de seus filhos. Pudemos observar que a forte condenação moral da violência (pois “isso não é uma solução”) é muitas vezes arrefecida, quase que no mesmo movimento, pela tímida evocação das “circunstâncias atenuantes”, a saber, o desemprego, o racismo, a discriminação. Não é de espantar, enfim, que os caçulas das famílias imigradas, que vêem diariamente a situação dos irmãos mais velhos – de 25 a 30 anos, que ainda moram na casa dos pais, passando de um contrato precário a outro, sem esperança de um emprego estável –, tendam a radicalizar-se precocemente. São garotos que descrevem os conjuntos como um lugar cada vez mais “difícil de viver”. Trata-se de uma geração social que cresceu em meio à crise e à precariedade, e que amiúde testemunhou o “desastre” instaurado em suas famílias: desqualificação social dos pais, divórcio ou separação, desemprego recorrente dos irmãos mais velhos e impossibilidade de “fazer sua própria vida”, prisão ou internamento psiquiátrico, suicídio etc.

Para compreender as rebeliões urbanas de novembro de 2005, é preciso medir e sentir o quanto é decisiva a experiência vivida, cada vez mais cedo, da desesperança social nos meios populares. É preciso, portanto, não restringir a análise apenas ao que acontece nos locais de moradia, em particular nos conjuntos habitacionais, e inscrever tais acontecimentos no quadro mais amplo da desestruturação das classes populares francesas. Para colocar em outros termos: é preciso tentar compreender o que vem ser a condição

7. Michel Pialoux deu início à pesquisa em Sochaux em 1983. Stéphane Beaud chegou ao campo pela primeira vez em 1988.

8. Nosso livro inscreve-se no quadro de uma filiação teórica, a da sociologia de Pierre Bourdieu e do centro de pesquisa que ele dirigiu por trinta anos. Na França, a análise das classes sociais progrediu graças ao aporte de uma abordagem relacional e “construtivista”, amplamente iniciada pelos trabalhos de P. Bourdieu e L. Boltanski, e depois reapropriada por historiadores (como G. Noiriel) e policólogos (como B. Pudal). Para esses autores, os grupos sociais não são substancializados como nas análises marxistas; são, ao contrário, pensados e analisados como uma realidade sociohistórica, produzida no tempo, notadamente por um trabalho simbólico e político de representação (por isso, pode-se dizer que esses grupos foram “construídos”). Nesse quadro teórico, a luta de classes não ocorre apenas no plano das relações de produção (ou das fábricas), mas também mediante

operária “após a classe operária”. Essa é, a nosso ver, a questão central a ser bem entendida. E essa é justamente uma questão que se impôs ao longo de uma pesquisa que desenvolvemos por mais de quinze anos na região de Sochaux-Montbéliard, onde está instalada a sede da automobilística Peugeot<sup>7</sup>, e que resultou em nosso livro *Retour sur la condition ouvrière* (Fayard, 1999).

#### Os operários após a “classe operária”

Em novembro de 1999, quando preparávamos a publicação do livro *Retour sur la condition ouvrière*, chegamos a propor, em um primeiro momento, o título “Operários após a classe operária”. Essa formulação correspondia ao propósito teórico subjacente ao livro<sup>8</sup> e sugeria uma questão política para nós essencial: em que se transformaram os operários sem o suporte material e simbólico que a “classe operária”, por muito tempo, lhes ofereceu, isto é, a “classe” organizada sindicalmente (sobretudo por meio da CGT – Confederação Geral do Trabalho) e politicamente (sobretudo o PCF – Partido Comunista Francês – e nas organizações políticas guiadas pelo socialismo)? O poderoso capital coletivo, material e simbólico, acumulado durante décadas de lutas sociais por meio do movimento operário (em sentido amplo), permitiu ao grupo operário se estruturar em “classe mobilizada”, e esta, por sua vez, facilitou enormemente o trabalho cotidiano de representação social e política do grupo pelos sindicatos e partidos, bem como por várias associações locais.

Ao cabo de quinze anos de pesquisas e publicações diversas, quando o livro foi publicado, em 1999, nos parecia evidente que uma página da história havia sido virada. Estávamos diante de outra configuração histórica: a “classe operária” (para retomar provisoriamente a expressão) estava na defensiva – “estamos sempre recuando”, no linguajar dos militantes –, enfraquecida, amplamente desarmada e muito desmoralizada. Com o recuo do tempo, poder-se-ia mesmo dizer que esse período (iniciado com a emergência, na cena política e sindical, da “geração singular” da época da Frente Popular), de 1936 a 1980, constitui apenas um parêntese em uma história de longa duração do movimento operário francês: um período, a mais de um título excepcional, em que a “classe operária”, com a sustentação do Estado Social imposto pelas forças da Resistência, cresceu continuamente em número e se reforçou politicamente, arrancando das classes dominantes uma série de direitos sociais, as ditas “vantagens sociais” que os últimos anos não cessam de colocar em questão.



Nesse livro, tratávamos de compreender um processo central na história da sociedade francesa: a desestruturação da antiga “classe operária”, tal como ela se constituiu ao longo do tempo. Para tanto, era preciso dar conta não apenas de seu (relativo) enfraquecimento numérico, mas sobretudo de seu enfraquecimento político, e que se traduz por aquilo que poderíamos chamar de perda da autonomia simbólica tão característica dos últimos vinte anos. Enfim, tratava-se de compreender como foi possível, em duas décadas, passar tendencialmente de uma situação na qual a “classe operária” era objeto de todas as atenções sociais e políticas – notadamente da parte dos intelectuais (cf. a legendária foto de Sartre discursando sobre um caixote em Billancourt) – para outra em que, ao final dos anos de 1990, não suscitava o interesse de mais ninguém, uma situação na qual, à força do reiterado adeus ao proletariado por parte dos intelectuais que dela haviam feito uma causa sagrada em seus anos de juventude, passa-se a acreditar até mesmo que ela havia desaparecido das estatísticas<sup>9</sup>. Enfim, uma classe que não fala mais ou, pior, que se tornou objeto de um discurso de comiserção. Essa questão de denominação, das palavras sociais, nos coloca ante um problema central na construção social do grupo operário<sup>10</sup>. Por exemplo, as palavras empregadas para designar os operários contribuem, a seu modo, para construir a realidade. Falar, como antes, de OS (operário especializado) e de “operários não-qualificados”, ou, agora, de “operadores” e de “BNQ” (baixo nível de qualificação), não é exatamente a mesma coisa. As mudanças nas palavras envolvem toda uma relação com o mundo. Antes, nos anos de 1960 e 1970, a palavra “operário” era forte e evocadora. Depois, para dizê-lo um tanto esquematicamente, quanto mais a classe operária se enfraquece simbolicamente, tanto menos ela consegue se nomear a si mesma, e tanto mais o termo “operário” fica desvalorizado no mercado lingüístico das profissões, justo o contrário do termo forte e evocador daqueles anos. Na medida em que a classe operária deixa de atemorizar e de falar por intermédio de seus próprios portavozes, tanto mais os diferentes formadores de opinião conseguem, para designá-la, impor nomes cuja função é eufemizar e “encantar” a realidade da condição operária, ao mesmo tempo em que essa realidade é vivida de maneira cada vez mais dolorosa pelos próprios operários.

Assim, é importante estabelecer a relação entre esse processo de desestruturação da classe operária e as mudanças ocorridas não apenas no sistema de relações econômicas (eis o aporte da tradição marxista), mas também em outras esferas da atividade social (escola, moradia, família). Dessa forma, no *Retour...*, em um primeiro momento, na parte consagrada à fábrica de

lutas de classificação social em torno da representação dos grupos sociais e, portanto, das suas formas de visibilidade no espaço público. Trata-se, portanto, de articular, na análise, a questão das relações de dominação que se estruturam nos locais de trabalho e as lutas simbólicas, em particular as que se processam no campo intelectual.

9. Poucas passagens do livro chamaram tanto a atenção como aquelas nas quais comentamos, logo nas primeiras páginas, que os estudantes de sociologia estimavam o número de operários na França em alguns milhares (entre 300 e 600 mil). Vários jornalistas nos disseram terem feito, de improviso e em uma espécie de jogo, a mesma pergunta a seus colegas de trabalho. As respostas foram sempre no mesmo patamar, os números nunca ultrapassando 1 milhão. Não deixa de suscitar uma imensa interrogação o fato da subestimação no número real de operários atingir essa amplitude.

10. Os historiadores (E. P. Thompson, W. H. Sewel, G. Noiriel) e, depois, os policólogos

(M. Offerlé, B. Pudal) sempre levantaram, em seus trabalhos, essa questão e trouxeram respostas que fizeram avançar grandemente a sociologia histórica da classe operária. Entre outras, a importância da linguagem para compreender a constituição de um grupo social.

11. Um pouco como C. Dejours fez com sua equipe de psicodinâmica do trabalho.

12. São trabalhos grandemente construídos contra essa sociologia percebida como “determinista” e “derrotista”. Por medo de tratar de questões como a dominação ou as relações de classe na escola, essa nova sociologia terminou por se transformar em uma sociologia da escola (ou da instituição escolar) ou uma sociologia da avaliação: uma de suas principais características é ser muito pouco atenta ao que se passa fora do sistema escolar.

Sochaux, buscamos colocar em evidência a maneira como as lógicas de dominação e de exploração se perpetuam ou se renovam no trabalho, podendo ser, hoje, ainda piores do que antes<sup>11</sup>. Certamente, uma questão que jamais poderia ser apreendida sob o ponto de vista dos gestores e dos *managers*, e que passa amplamente despercebida pelos autores que fizeram suas pesquisas sob a ótica da racionalidade gestonária imperante nas empresas. Em um segundo momento, adotamos uma postura de pesquisa que, na linguagem das investigações teóricas e empíricas de Bourdieu, indo além desse tipo de abordagem “marxista”, busca levar em conta outras mudanças que nos parecem decisivas, pertinentes às transformações das relações intergeracionais e à construção da estima de si em um espaço social que, ele próprio, se transforma o tempo todo.

Daí a ênfase, em nossa pesquisa, no que se passa na escola – não nas fileiras mais nobres do ensino, mas em seus segmentos (tornados) desvalorizados, como é o caso do ensino profissional. Hoje, é possível reconhecer: a política voluntarista de democratização escolar – com a legião de falsas aparências – terminou por supervalorizar o ensino geral, que se tornou, na boca dos alunos, a “via normal”. No entanto, essa é uma via cheia de emboscadas e armadilhas para os jovens do meio popular, que não têm os “códigos” para o sucesso escolar. As dificuldades da democratização escolar não tardaram a aparecer aos olhos das famílias envolvidas na nova competição escolar. Mas apareceram depois, quer dizer, quando seus filhos, aos 22 ou 24 anos, perceberam que os resultados nem sempre correspondiam às promessas. Essa política teve também um pesado custo para o mundo operário, pois, sem garantir o sucesso no ensino geral, também acabou privando esses jovens de um apoio que, apesar de tudo, era bastante sólido: o credenciamento escolar e o reforço da confiança em si operado nas escolas profissionais. Porém, no sistema atual, o que nos parece amplamente subestimado, talvez “esquecido”, pela sociologia da educação dos anos de 1980 e 1990, pós-Bourdieu-Passeron<sup>12</sup>, é a emergência de uma forma renovada (e desconhecida) de dominação, que se traduz em formas de humilhação escolar e, para os alunos relegados às fileiras escolares menos cotadas, um sentimento muito vivo de rejeição, de ter sido descartado, colocado de lado (quase que “para toda a vida”). Inútil procurar mais longe a origem da “violência escolar” de hoje. Fundamentalmente, ela se enraíza nesse processo de descarte precoce e de banimento social dos que se deram mal no sistema escolar (a saber, majoritariamente, os filhos das famílias mais proletarizadas).

Assim, para compreender as transformações do mundo operário, é preciso ter sempre em mente o quanto isso tem a ver com a relação das famílias com a escola. Sem fazer disso uma explicação primordial, é certo que, no entrecruzamento dessas mudanças, desapareceu grande parte do que antes fazia o “sentido de classe” dos operários. Os militantes operários do início do século XX eram melhores sociólogos do que se imagina, ao resistir à difusão da cultura escolar em meio operário, ou então “sem hesitar em se mostrar reticentes ou mesmo críticos perante a ‘escola secundária’”. O regime de estudos prolongados produziu certo tipo de aculturação escolar no qual o que se perde, entre os “filhos da democratização” (cf. Beaud, 2002), é certa forma de cultura operária, que era em parte feita de atitudes de oposição e disposições rebeldes (para os filhos da fração politizada da classe operária). A passagem por um regime de estudos prolongados contribuiu para desqualificar a experiência operária e pode produzir efeitos de vergonha social entre os alunos “médios”, que são “desaculturados” (perda da cultura operária de origem), mas não verdadeiramente aculturados em termos escolares, flutuando assim entre diversas referências de pertencimento.

As transformações na escola, ocorridas na França a partir do início dos anos de 1980 – desvalorização do ensino profissional e promoção de um modelo de estudos prolongados no ensino geral, lógica de alternância, aumento do aprendizado, alongamento da escolaridade etc. –, tiveram, no correr do tempo, múltiplas conseqüências, amplamente despercebidas, em especial no mundo operário. Portanto, a questão das gerações (e a ruptura entre as gerações) é central, e é isso o que permite e nos permitiu articular estreitamente a questão das transformações do trabalho operário, da escola e a crise da herança operária. De fato, o processo estrutural de desvalorização operária na fábrica foi, ao longo desses quinze anos, redobrado por outros processos de “desoperarização” fora da fábrica, sobretudo por meio de mudanças nas aspirações escolares e profissionais das famílias operárias, da desvalorização das práticas “tradicionais” que afeta tanto a maneira de educar os filhos, como também tudo o que poderíamos chamar de “senso de classe”. Em nossa pesquisa, surgiu uma questão que é, hoje, central para as famílias operárias: a dificuldade ou a impossibilidade de transmitir uma herança. À diferença do que se passa entre outros tipos de família, ainda mais entre as famílias burguesas, os pais do meio operário parecem não mais saber o quê transmitir a seus filhos, seja no plano individual, seja no plano familiar ou coletivo. Essa situação é portadora de um forte dilaceramento no interior dessas famílias.

13. Certamente, esse tema precisa ser situado sob a perspectiva da história da classe operária. A respeito, ver o novo prefácio de Noiriél (2002) à reedição de seu livro, já um clássico.

14. Encontramos-nos na mesma posição de Noiriél (2002), historiador, quando evoca o momento em que começou sua pesquisa sobre Longwy, em 1979: “No curso da luta de [Longwy], de 1979-1980, espantei-me com a amplitude do sentimento de incompreensão que os operários em greve então exprimiam. O discurso dos porta-vozes exteriores (sejam os governantes, dirigentes sindicais ‘recentrados’, jornalistas, sociólogos ou outros) ilustrava sua ignorância sobre as realidades sociais e históricas locais. Disso tirei a conclusão de que a melhor ajuda que eu poderia oferecer aos dominados consistia não em falar em seu lugar, tampouco afirmar peremptoriamente o que seria necessário fazer para resolver os ‘seus’ problemas. Mais modestamente, tratava-se de me empenhar em expor a lógica de suas práticas sociais para ten-

Mas qual herança operária? Sobretudo, assim nos parece, uma herança política. Por muito tempo, era própria dos operários a possibilidade de transmitir essa herança. Seria mesmo possível dizer que o “orgulho operário” procedia, em grande parte, dessa herança política. É claro, não se trata de dizer que esse orgulho desapareceu inteiramente. Dele ainda sobram belos vestígios em certos ramos profissionais (o que resta dos operários gráficos, dos ferroviários, dos operários altamente qualificados...), da mesma maneira como existem formas de solidariedade de chão de fábrica ou de seção. Poderíamos também nos perguntar se não subsiste uma herança propriamente operária, institucional e política – uma herança objetivada – que pode ser utilizada, reativada, como podemos ver, agora, com a criação recente de seções sindicais em algumas das novas pequenas ou médias empresas de subcontratação implantadas na região de Montbéliard.

Com essa questão da herança operária, o livro também trata da questão da autonomia simbólica do grupo operário. É aí que se encontra a questão do papel dos operários profissionais (OP) na unificação do grupo operário e na valorização de certo tipo de experiência operária<sup>13</sup>. Os OP tinham, com ou sem razão, um forte sentimento do seu valor, em função de sua própria profissão (uma formação propriamente operária, o certificado de qualificação, o virtuosismo manual, os estágios, a agilidade, o gosto ou o dom da bricolagem, o trabalho das “mãos” etc.), e, de outro lado, por força da fé por eles assumida nos valores do socialismo.

As transformações do trabalho operário: o que o campo faz “ver”

Ao realizar nossa pesquisa, pudemos constatar, de partida e logo no seu início, uma imensa defasagem entre, de um lado, o que observávamos no campo – a intensificação do trabalho, essa espécie de guerra social no interior das fábricas em nome da exigência de ganhos de tempo e de produtividade, a violência cotidianamente sentida pelos operários etc. – e, de outro, a representação dominante então corrente sobre a realidade operária – a conversão ao *neo-management*, a robotização e as novas tecnologias que pareciam fazer desaparecer, por milagre tecnológico, a velha e incômoda questão operária<sup>14</sup>. Não podíamos deixar de nos espantar com a imensa defasagem entre o que então diziam os porta-vozes do mundo operário (sindicalistas dos escalões mais elevados, os delegados permanentes etc.) e o que a “base” vivia, sua dificuldade cada vez maior de dizer o que havia a ser dito e, sobretudo, a dificuldade de ser ouvida, inclusive por aqueles que poderiam ser

tomados como seus defensores naturais (“históricos”). De fato, o mundo operário, desde o início dos anos de 1960, sempre se sustentou em dois pilares: a CGT (Confederação Geral do Trabalho) e a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho). A CFDT representava todo um lado do mundo rural, que havia, com frequência, passado pela JOC (Juventude Operária Cristã). Na medida em que a CFDT começou a se afastar em direção a outras paragens, o mundo operário terminou por perder uma de suas forças de sustentação. E isso desestabilizou profundamente o sindicalismo operário que se alimentava dessa rivalidade, mas também da emulação entre a CGT e CFDT.

Mas é preciso também dizer – e enfatizar – que essas questões só puderam e só poderiam ser apreendidas com base numa pesquisa empírica, sobretudo de longa duração, com presença prolongada no meio social pesquisado. A tomar como ponto de partida as questões abstratas tais como foram “trabalhadas” pela sociologia das classes sociais<sup>15</sup> (em particular, na França, a sociologia da “classe operária”), preferimos nos lançar, desde o início, em uma análise do material do campo. Procuramos encontrar o ponto de vista da experiência operária, as visões de mundo (e também as práticas), fazendo ouvir, o mais possível, certa palavra operária.

Na nova paisagem ideológica dos anos de 1980, muitos foram os sociólogos ou economistas do trabalho que tomaram por tema a modernização das empresas, mais precisamente a informatização da produção, as novas formas de organização do trabalho e de gestão da produção (fluxo-contínuo, *just-in-time*, flexibilidade e exigências de qualidade) difundidas nas empresas francesas nos últimos quinze anos. Por mais interessantes que se apresentem, essas análises são, no entanto, caracterizadas por um economismo implícito e, com muita frequência, pela ausência de uma verdadeira perspectiva histórica (notadamente do ponto de vista da história dos grupos profissionais e sociais). Quisemos estudar a forma como as transformações da organização do trabalho foram vividas, no correr dos anos, pelo “grupo” dos operários no próprio chão de fábrica, sem omitir, no entanto, os diversos pontos de vista sobre nosso objeto. Por meio de entrevistas aprofundadas, procuramos situar no centro de nosso dispositivo de pesquisa a restituição dos diferentes pontos de vista dos assalariados, em particular dos operários das seções de carroceria da fábrica de Sochaux. A reflexão sobre o trabalho operário não pode ser isolada das condições concretas nas quais se efetua a cooperação operária: o trabalho operário supõe formas de cooperação, a construção de relações coletivas, de onde a valorização da auto-ajuda

tar explicá-la aos que não a compreendem porque não a vivenciam; o que supõe uma proximidade geográfica e social com o universo tomado como objeto de estudo”.

15. Em boa medida, essas questões, tais como formuladas, pareciam conter o risco de nos fechar em um debate pré-construído, em que as respostas já estão previamente dadas. O que não quer dizer, longe disso, que sejam desprovidas de sentido. Mas consideramos que deveriam ser retomadas com base em um material empírico.



16. É possível, aqui, retomar a análise sintética proposta por Pudal (2001, p. 517): “Sendo uma relação com a matéria, o trabalho operário supõe também uma relação coletiva, uma eficaz ciência da cooperação e do grupo. Daí esse culto da solidariedade, da auto-ajuda, da camaradagem, base comum de sustentação do militantismo operário e de numerosas outras práticas de classe. Jogo, festa, atividades várias, linguagem: a linguagem operária se caracteriza pela riqueza de léxicos da profissão e também por um uso extensivo de figuras e metáforas relativas ao corpo, quase sem recorrer à eufemização que é uma forma de se colocar a distância. Exprime-se de preferência por meio de certos gêneros, como a piada ou a gozação, bem como mediante repertórios anedóticos que tematizam a vida de classe e dela extraem lições de forma menos rígida que os ditados e provérbios.

17. Por exemplo, o livro *Retour...* serviu de “guia” para o filme de Patrick Jan, “Ouvrier, c’est pas la classe” (Operário, não

e da solidariedade<sup>16</sup>. Mesmo que essas “realidades” tenham sido deturpadas (pela gestão dita “participativa”), não deixaram de ser menos incontornáveis. Tratamos, portanto, de lidar com os diferentes temas desenvolvidos pelos pesquisadores nos anos de 1990, porém sob outras perspectivas e ocupando lugares distintos no universo político. A pesquisa monográfica permitia abordar sucessivamente objetos muito diferentes, dando, assim, uma visão caleidoscópica do mundo operário local. Por outro lado, tratávamos de seguir as coisas no tempo: apenas dessa maneira é possível apreender os diferentes ritmos e as diversas temporalidades sociais. É a combinação desses dois procedimentos de pesquisa que permite dar espessura – temporal e “humana” – ao material pesquisado. Eis o que também permite refletir sobre aquilo que poderíamos chamar, em um primeiro momento, de “defasagem” e, em seguida, indagar a respeito dos grupos que permitem que algo como um “ajustamento” ou equilíbrio possa se produzir.

As transformações do mundo operário no âmbito de um capitalismo selvagem renovado

A partir de 2001, a situação de desemprego em massa e de precariedade apenas se agravou. A desmoralização do grupo operário ficou ainda mais acentuada. E isso se manifestou por inteiro no primeiro turno das eleições presidenciais de abril de 2002: mais marcante do que o voto operário em Le Pen, foi o enorme crescimento do abstencionismo. A única, e notável, inversão de tendência foi o fato de que os operários passaram novamente para o centro das atenções públicas, ganharam atualidade, em função do recente fechamento selvagem de fábricas e das demissões em massa que então se seguiram. Filmes (ficção ou documentários<sup>17</sup>) e livros sobre a condição operária são cada vez mais frequentes. Talvez essa retomada de interesse seja parecida com a que desperta a “beleza do morto”. De toda forma, vale insistir em alguns pontos das tendências recentes.

Além do medo do desemprego e da precariedade, verdadeira espada de Dâmocles sobre a cabeça dos assalariados menos escolarizados, nesses últimos anos vem se acentuando a agressão social sobre os operários: demissões “econômicas”, aumento dos acidentes de trabalho, disparada das doenças profissionais derivadas da aceleração desenfreada das cadências do trabalho (os médicos do trabalho têm dado, sem sucesso, o sinal de alarme sobre esse problema de saúde pública), competição institucionalizada entre assalariados, novas formas de dominação no trabalho, culpabilização dos assalaria-



dos, pressão moral etc. Entre as empresas de equipamentos automobilísticos, tipo-ideal dos novos dispositivos produtivos celebrados pela imprensa gerencial, essas situações se repetem de forma evidente e o quadro das condições de trabalho é extremamente sombrio. Quanto às pequenas e médias empresas, o seu desenvolvimento vem trazendo um verdadeiro florescimento de novas formas de *sweat shop*<sup>18</sup> isoladas em zonas rurais desertas ou em novas zonas industriais afastadas da cidade e de suas redes de sociabilidade, interditas à visão externa.

Desde 1999, os traços do capitalismo acionário, ou melhor, de um capitalismo selvagem renovado (os “patrões delinquentes” – licenciamentos selvagens, sem plano social e escassa consideração pelos direitos do trabalho, desprezo pelos sindicatos, aniquilamento dos assalariados mais vulneráveis, caça aos doentes e licenciados, aumento das doenças profissionais) suscitam a interrogação: nesses anos mais recentes, haveria o retorno de uma forma de experiência comum, um sentimento partilhado e intenso de desposseção? Questão pertinente não apenas aos operários pouco ou nada qualificados, mas também a muitos dos empregado(a)s e frações qualificadas do grupo operário, antes mais próximas das classes médias. Como diz Danièle Linhart,

[...] o sentimento de exploração, que sempre foi a base da identidade operária, persiste; há um profundo sentimento de injustiça, porém vivido como sentimento privado, sem conseguir ganhar forma em termos coletivos. No entanto, trata-se de destinos coletivos. Para todos, a centralidade do emprego aparece de forma dramática após uma demissão: além da perda do emprego, o selo da obsolescência que os atinge e a desqualificação profissional, social e pessoal. Percebem muito bem o sentido desse “mundo moderno” ao qual são remetidos: o mundo da adaptabilidade, da competitividade, da assim chamada iniciativa individual, em que cada trabalhador é constrangido a fixar ele mesmo os objetivos e obter de si o melhor rendimento possível. Na realidade, esse suposto mundo moderno significa a desqualificação de populações inteiras (Linhart e Pialoux, 2004).

Para além dessas evoluções negativas, é preciso também ter em mente o que dizem muitos dos operários entre 40 e 50 anos (os “antigos” nas fábricas), a saber: o que eles chamam de “antiga moral operária” foi de algum modo corrompida pelas novas formas de gestão nas empresas. Esse é um ponto que nos parece essencial, muito frequentemente despercebido nas análises sobre o mundo operário, apenas porque muitos jornalistas e sociólogos desistiram

é a classe), 2002. Rodado em Sochaux no momento de uma retomada econômica, em 2001, constitui um precioso documento para compreender a nova paisagem industrial da região, o pleno emprego precário e as relações entre as gerações operárias.

18. Designação para fábricas ou oficinas que mantinham, na Revolução Industrial, um ritmo extremamente intenso, fazendo o operário ou operária trabalhar muitas horas ao longo de uma jornada, sem descanso e ganhando muito pouco. Literalmente, a expressão poderia ser traduzida como “suadouros”.

19. Para uma descrição parcial desses universos, ver Pialoux e Beaud (2003).

de verificar o que se passa nesses locais de trabalho subtraídos dos olhares exteriores<sup>19</sup> (cineastas documentaristas vêm tentando, por vezes, ocupar o lugar dos sociólogos para forçar a entrada nesse universo). Mas ainda não se avaliou suficientemente o medo, a multiplicação de formas de pressão, a necessidade de se desrecalcar sobre os outros... Para compreender o caráter de protesto desesperado que muitas vezes assume, nos meios populares, o voto na Frente Nacional, é preciso considerar essa degradação multiforme das condições de trabalho, a forma máxima da insegurança da qual tanto se fala.

Nos últimos vinte anos, o que desapareceu de todo foi a figura do “trabalhador” – orgulhoso de seu trabalho e de sua contribuição à produção – ou a do operário, apoiado e sustentado pela “classe”, portadora de história e de esperanças políticas. Outra imagem foi construída, a do “assalariado da precariedade” (Paugam), do operador, do operário maleável e usado conforme as conveniências de cada momento, reduzido à sua condição de operário intercambiável, sem consciência de si. É possível ver, no voto do 21 de abril de 2002, uma revolta da França laboriosa, a que trabalha duro cada vez mais para ganhar cada vez menos (o salário mínimo como horizonte insuperável do salário operário?), essa França que foi formada na antiga moral do trabalho e cujos rudimentos de moral popular bastavam para ditar uma linha de conduta, uma “conduta de vida”, como diria Max Weber (esses valores morais considerados simples: trabalho, honestidade, respeito pelos outros, posse de alguns bens). É preciso insistir sobre a incapacidade dos responsáveis políticos em medir o que a precariedade significa concretamente para as famílias populares<sup>20</sup>: encolhimento do horizonte temporal, redução das possibilidades de prever e calcular o futuro (essa previsibilidade e calculabilidade foram historicamente comportamentos característicos das frações operárias que se destacaram do “subproletariado”), medo e inquietação em relação à saúde, exposição crescente aos riscos de trabalho.

20. Em seu *Carnets d'un interimaire*, Daniel Martinez (2003) oferece um apaixonante testemunho, escrito em primeira pessoa por um trabalhador temporário com pouco mais de 40 anos, da região de Bordeaux.

Um mundo operário desarmado

Lembrete histórico: na França, a politização operária passou fundamentalmente pela mediação dos militantes. Agora, esses militantes são cada vez menos numerosos. A espécie de guerra social desenvolvida nesses últimos vinte anos para reduzir o movimento operário trouxe seus frutos, em grande escala. A batalha travada nas empresas para atingir, desmoralizar e demitir os “delegados” – esses empecilhos à tranqüila exploração da mão-de-obra – foi muito bem-sucedida, até mesmo além das esperanças patronais (a ponto

de que, hoje, se lamenta a ausência de representantes sindicais). No entanto, nos salões da República, isso é algo que ninguém quer reconhecer, apesar dos gritos de alarme lançados pelos inspetores de trabalho. Os pedidos de socorro dos sindicalistas de empresa mal foram ouvidos. Então, por que tamanha indiferença? Por certo, há razões conjunturais. Porém, mais fundamentalmente, trata-se de uma enorme incompreensão do que representou essa figura social do militante operário e um não menor desconhecimento do papel e da função social dos “delegados” nas fábricas. É possível ver nisso uma forma de desprezo social em relação ao delegado operário. E seria também possível dizer que esse desprezo tem uma história intimamente ligada à do PCF, a seu êxito histórico: assegurar uma representação operária encarada nos eleitos do povo<sup>21</sup>, impor aos “dominantes” a presença operária na cena pública. Ao destruir os antigos bastiões industriais e um amplo segmento do grupo dos operários profissionais, a crise pulverizou a representação operária em grande parte garantida pelo PCF e pela CGT, mas também pela CFDT e pelas diferentes correntes do catolicismo de esquerda. No curso desses anos de modernização conservadora, essa quase revanche de classe se expressou no plano simbólico mediante um empenho sistemático de desvalorização dos representantes operários (para tomar apenas um exemplo, o modo como os sindicalistas foram caricaturados no *Les guignols de l'info*<sup>22</sup> nos anos de 1990).

É preciso dizer com todas as letras: o enfraquecimento do mundo operário tem causas que não se reduzem apenas à dimensão econômica, às causas “objetivas”, como se diz. Explica-se também por transformações importantes na imagem construída de si mesmo, que tem estreita relação com transformações do campo intelectual. Para dizê-lo de modo brutal: o movimento operário foi também desarmado por análises semi-esclarecidas e pela cegueira não apenas dos intelectuais mediáticos, mas também de pesquisadores sorvidos pela “modernidade”. Nesse quadro, não se pode deixar de considerar o que ocorreu no seio do PS (Partido Socialista) e da CFDT. Esta última operou uma guinada de orientação motivada em grande medida por uma falsa profecia – o desaparecimento inelutável dos operários – e por uma visão olímpica do movimento operário, com base na rejeição de tudo o que poderia lembrar as atitudes “classistas” da CGT. De fato, a *doxa* de ampla circulação nas altas esferas da esquerda intelectual proclamava que os operários são arcaicos, têm uma mentalidade ultrapassada, não conseguem ou não querem se adaptar aos novos tempos, e seriam simplesmente marginalizados na medida em que a nova terceira revolução industrial anunciava a sua rápida extinção. Na relação

21. Sobre essa questão, ver o livro fundamental de Bernard Pudal (1989).

22. Emissão satírica de marionetes difundida na cadeia televisiva francesa, fazendo a caricatura do noticiário dos principais telejornais.

que o PS e a CFTD mantiveram com o movimento operário, pesou de modo considerável certa obsessão anticomunista, que chegou à exasperação entre alguns intelectuais orgânicos da CFDT. No seu conjunto, tudo isso teve um papel importante no modo como os operários se viram desarmados intelectualmente, “empurrados para o recuo” justo no momento de encetar combates decisivos. Trata-se, aqui, de uma desqualificação bem francesa do mundo operário, que se realiza por meio da tentativa de liquidação das “vantagens sociais”, materiais e simbólicas, das lutas operárias de um período de PCF forte, de uma CGT potente, de uma CFDT operária. Mal ou bem, o sistema de representação dos anos de 1950 e 1960, que se pode qualificar de “stalinista”, assegurou à “base” operária uma notável qualidade moral e uma forte autonomia simbólica, e foi capaz de produzir militantes de estatura, que “se impunham”. Mas tudo isso foi esquecido, é agora visto como peças de museu da História.

#### O descolamento das classes populares no espaço social

A desvalorização do grupo operário deve ser analisada tanto objetivamente, por intermédio de indicadores econômicos (salários, renda, bens, trajetória dos filhos), como relacionalmente, isto é, por referência à situação dos outros grupos socioprofissionais que também compõem o meio popular. É preciso levar em conta a constelação dos outros grupos sociais com os quais os operários coexistem e com os quais comparam suas condições de existência, notadamente os pequenos funcionários, os operários das empresas estatais, os funcionários municipais etc. Nos últimos vinte anos, produziu-se um duplo movimento: primeiro, o “descolamento” das classes populares no espaço social; segundo, uma clivagem cada vez mais acentuada entre, de um lado, sua fração numericamente mais importante, ligada ao setor privado (os operários fabris, os empregados de serviço), sempre mais pressionada e submetida ao “chicote” do mercado e às arbitrariedades dos “chefes” nos locais de trabalho, e, de outro, a fração do setor protegido no mercado de trabalho, que mal ou bem se beneficia de uma segurança de emprego, que é fortemente sindicalizada e a qual consegue defender-se (ferroviários, empregados dos correios, operários das empresas estatais, pequenos funcionários). Disso resulta uma rivalidade crescente no espaço social, perceptível nas conversas e nos comentários crivados de pesada ironia crítica, que circulam entre os primeiros, muito freqüentemente tendo em mira esses que são considerados os “privilegiados” nos serviços públicos. Quer

nos parecer que houve uma interpretação exagerada da greve dos ferroviários de 1995. Por certo, ela foi importante, conseguiu vitórias e impôs a suspensão temporária dos projetos da direita. Porém, não chegou a se difundir no setor privado, e beneficiou pouco ou quase nada os demais operários. Pode ser que tenha existido um sentimento de greve por procuração, mas de fato não houve greves no setor privado. Por outro lado, terminou por colocar em evidência a distância crescente das condições entre os dois grupos e forneceu uma medida da enorme vantagem da garantia de emprego. Os operários das empresas públicas escaparam da lógica da concorrência que atingiu fortemente os trabalhadores do setor privado. É como se a mecânica de difusão dos benefícios sociais, do ganho das lutas que antes unificava e homogeneizava relativamente as classes populares (cf. o caso sempre evocado dos operários da Renault), tenha sido sustada nas duas últimas décadas.

Por conseguinte, as lógicas de identificação, apoiadas em uma crença no progresso, que por muito tempo contribuíram para a unificação das classes populares, não podem mais se desenvolver como antes. Elas estão travadas, em pane, como o antigo sistema de promoção operária. Na configuração social do pós-guerra, existia um sistema de promoção que, hoje, está inteiramente rompido. A reestruturação das empresas permitiu contornar as antigas fortalezas operárias, levou à atomização da mão-de-obra nas pequenas e médias empresas, quase sempre subcontratadas, e terminou por fazer surgir um mundo marcado pela clivagem entre, de um lado, os técnicos e, de outro, os operadores sob pressão constante e em permanente concorrência nos postos de trabalho. Hoje, não existe mais uma elite operária. Os novos operários qualificados têm um perfil técnico e suas aspirações voltam-se sobretudo para as classes médias, tentando se diferenciar de tudo o que possa evocar ou lembrar a “condição” operária (recusam a palavra “operário” para se autodefinir). No início da década de 1990, os operários com diploma técnico ainda conseguiam se identificar com os operários profissionais (eram “franceses”, tinham estudado, eram relativamente orgulhosos de seus diplomas e, por vezes, assumiram combates comuns, como no caso da greve de Belfort-Alstom, de 1993). Mas as coisas evoluíram depressa: esses diplomas foram desvalorizados e os liceus profissionais são cada vez mais frequentados pelos jovens mais desqualificados socialmente, em grande parte filhos de famílias imigradas. Por outro lado, o sentimento de descolamento e de desclassificação é tão forte que essas frações inferiores do grupo operário se sentem enganadas pelo Estado Providência e ameaçadas pela sua proximi-

23. Forma abreviada e corrente para designar os beneficiários de um amplo programa de renda mínima de inserção alocado aos chamados “novos pobres”, implantado na França no final dos anos de 1980 (N. T.).

24. Partido de extrema-direita fundado por Jean-Marie Le Pen em 1972 e que passa a ganhar força política e eleitoral no correr dos anos de 1980 (N. T.).

25. Problema que se coloca na medida mesma em que o acesso à propriedade e a urbanização periférica se difundem cada vez mais entre as famílias migradas que querem fugir dos conjuntos habitacionais. Os geógrafos, por ocasião das eleições de abril de 2002, verificaram um acentuado aumento do voto na FN nas zonas periféricas da “terceira coroa” parisiense (Oise, Eure e Loir). Seus habitantes avaliam, agora, o custo econômico e social do acesso à propriedade e se dão conta de que nem por isso se viram livres dos problemas sociais que quiseram evitar ao deixar a periferia.

dade, objetiva, com os “excluídos” e os *Rmistes*<sup>23</sup>. Daí também a preocupação em se diferenciar desses últimos, muitas vezes acusados de “falsos desempregados” ou “preguiçosos”.

A recorrência do expressivo desempenho eleitoral da FN (Frente Nacional)<sup>24</sup> nos últimos quinze anos serve de prova: um racismo duradouro se instala no mundo das classes populares francesas. Ele existe de formas diversas: desde aquele declarado e assumido, até aquele negado ou oculto. Mas é um racismo que muito dificilmente irá diminuir. De um lado, no meio operário, é alimentado pelo sofrimento no trabalho e pelo “medo” (do desemprego, da desclassificação, do futuro). De outro, é um racismo maciçamente legitimado pelo desempenho eleitoral da FN, portanto aberto, declarado, às vezes ostensivo. É um racismo também alimentado pelos acontecimentos do Oriente Médio, cujas repercussões são imediatas na vida das periferias, mais ainda nos conjuntos habitacionais. É preciso interrogar-se pelas razões dessa queda parcial do tabu do racismo nos meios populares (por certo existe um racismo ideológico, que é bem diferente, praticado pela extrema-direita nacionalista, e do qual não tratamos aqui). São questões complexas, que merecem um exame etnográfico detalhado, mas que devem ser analisadas à luz de um duplo processo: primeiro, a “transferência da memória” e o impensado da questão colonial na sociedade francesa; segundo, as formas concretas do racismo antimagrebino e do contra-racismo que surgiu em reação nesses últimos vinte anos.

Merece igual atenção o voto da juventude popular na FN – no segundo turno das eleições de 2002, 21% na faixa dos 18 aos 24 anos, 22% entre os 25 e os 34 anos. Para compreender esse voto, é preciso levar em conta questões pertinentes à socialização escolar e residencial. Esses jovens que votaram na FN freqüentemente passaram pelas fileiras mais desvalorizadas do sistema escolar e, nas escolas, se viram confrontados com os jovens dos conjuntos habitacionais e que têm, a seu favor, a força do número. Sentiram-se em minoria e foram, por vezes, roubados e agredidos. São os mesmos que, quando adultos – operários, precários ou desempregados –, se encontram em situação de concorrência com eles; alguns podem tender a se vingar das humilhações sofridas na escola e no espaço público por um voto cada vez menos camuflado na FN. Por outro lado, parte da explicação também pode estar no fato de que esses jovens, tendo crescido nos loteamentos destinados à moradia própria, a partir de certo momento perceberam que a fuga dos conjuntos habitacionais e a “redenção” residencial pelo acesso à propriedade não significam uma total ruptura com os problemas das periferias<sup>25</sup>.



Finalmente, é preciso voltar atrás e também levar em conta o que se passou, nessas duas últimas décadas, na escola e na relação entre os educadores e os operários. De fato, criou-se uma enorme distância entre esses dois universos: parte considerável dos educadores ignora inteiramente a transformação do trabalho nas fábricas, tem representações equivocadas sobre a vida operária, um número crescente deles parece estar à distância da tarefa emancipatória antes assumida como sua missão e alguns chegam a desenvolver, nas escolas “difíceis”, um discurso bastante reacionário (cf. o sensível deslizamento à direita do voto dos educadores no primeiro turno das eleições presidenciais). De outro lado, os operários entrevistados em nossas pesquisas tendem a uma percepção cada vez mais negativa dos educadores: são vistos como “pequenos burgueses” instalados em sua história e em seu conforto material, indiferentes à sorte dos mais desfavorecidos, com uma irritante tendência a “dar lições de moral”. É bem relevante o que está em jogo nessa relação entre educadores e operários: a decepção em relação à escola e as desilusões com a chamada política de democratização do ensino terminaram por alimentar uma profunda desconfiança em relação aos ideais de esquerda, ao mesmo tempo em que os educadores não se consideram mais, “naturalmente”, como “esclarecedores”, intermediários culturais encarregados de transmitir uma cultura moral e política aos jovens das classes populares.

## Conclusão

O grupo operário é um grupo social com perda de velocidade, cujos membros, individual e coletivamente, têm a impressão de terem sido, ao mesmo tempo, as vítimas e os enganados da história recente. Vale dizer que muitos dos operários eleitores da FN se declaram, no entanto, de “esquerda”. Há nisso justamente o peso dessa decepção e, para os mais engajados (alguns militantes), um sentimento muito intenso de “traição”. É preciso, portanto, enfatizar o chão social no qual se enraíza o voto operário nos extremos: a funda desestabilização das antigas identidades operárias. Os acontecimentos da cena política nesses últimos vinte anos não são mais do que a tradução desse processo central que é a perda da sustentação da “classe” para os operários. Além de lhes assegurar proteção social, ela possuía uma enorme força de identificação. Essas lógicas e esses modelos de identificação foram rompidos. Estamos assistindo a um embaralhamento completo das oposições que estruturavam o mundo operário, e a mais forte delas era aquela que separava objetivamente os operários qualificados dos não-qualificados. Na medida em que

se desfazem as forças de identificação coletiva (os militantes de fábrica, as associações locais, os partidos) e que o grupo operário, disperso no espaço geográfico, se vê confrontado com o mundo das classes médias nas zonas residenciais, cada vez mais os operários tendem a se identificar socialmente por meio do consumo (a casa, o automóvel, as férias, as marcas de roupa etc.) e são, por isso mesmo, “trabalhados” pelo fantasma da desclassificação social. Tais processos de desestruturação do grupo operário e, mais amplamente, das classes populares são fenômenos de envergadura. Não basta tomar consciência do problema a fim de amortecer seu impacto, muito menos a denúncia moral. Será preciso reduzir a distância ou refazer as pontes entre as frações progressistas da classe média e as classes populares, sobretudo pela redução dos diferenciais de salário entre os funcionários e os assalariados manuais, protegendo o mundo do trabalho contra os efeitos de implosão das novas formas de capitalismo selvagem, bem como recuperando o poder emancipador da escola.

#### Referências Bibliográficas

- BEAUD, Stéphane. (2002), *80% au bac. Et après?... Les enfants de la démocratisation scolaire*. Paris, La Découverte.
- BEAUD, Stéphane & PIALOUX, Michel. (2003), *Violences urbaines, violence sociale*. Paris, Fayard.
- LINHART, Danièle & PIALOUX, Michel. (2004), “Dialogue entre et Michel Pialoux”. *Regards* février, Paris.
- MARTINEZ, Daniel. (2003), *Carnets d'un intérimaire*. Paris, Agone.
- NOIRIEL, Gérard. (2002), “Préface”. In: \_\_\_\_\_. *Les ouvriers dans la société française*. Paris, Points-Seuil.
- PUDAL, Bernard. (1989). *Prendre parti: pour une sociologie historique du PCF*. Paris, FNSP.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Le siècle des communismes*. Paris, Editions de l'Atelier.

#### Resumo

*Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares (França, 2005)*

Tomando como ponto de partida a rebelião urbana ocorrida na França em outubro-novembro de 2005, os autores chamam a atenção para o que consideram novidade em relação às outras ocorridas na França nas últimas décadas: a participação de jovens “ordinários”, por vezes bem situados no sistema de ensino e integrados no mercado de trabalho, porém quase sempre em situações precárias e instáveis, sem chances de evoluir socialmente. Evidência primeira de uma profunda degradação das condições de trabalho nos últimos

anos, os autores tecem um quadro social em que se articulam desemprego, trabalho precário e fechamento de horizontes de futuro, situações de fracasso escolar e agravamento da segregação urbana, junto com formas abertas de racismo que atingem diretamente os jovens filhos de famílias imigrantes, em boa parte moradores dos conjuntos habitacionais. A questão proposta pelos autores é a necessidade de inscrever esses acontecimentos no quadro mais amplo da desestruturação das classes populares francesas, ou seja: a questão importante a ser compreendida é a condição operária “após a classe operária”. Os autores retomam discussões de seu livro *Retour sur la condition ouvrière* (1999), com o agravamento da condição operária nos anos mais recentes, da qual os sinais de racismo no meio operário são ao mesmo tempo sintoma e efeito.

Palavras-chave: Rebeliões urbanas na França; Decomposição da classe operária; Ruptura de gerações; Degradação da condição operária; Dessolidarização das classes populares.

#### Abstract

*Urban revolts and the destructuring of the working class (France 2005)*

Taking as a starting point the urban revolts that exploded in France in October-November 2005, the authors call attention to a new aspect distinguishing these events from other forms of civil protest in France during the last few decades: the involvement of ‘ordinary’ youths, often well placed within the educational system and integrated in the work market, but almost always in precarious and unstable situations, without chances to evolve socially. Providing primary evidence of a profound deterioration in working conditions over recent years, the authors describe a social setting that combines unemployment, precarious work and the closure of future prospects, failures in schooling and the worsening of urban segregation, alongside open forms of racism that directly affect the young children of immigrant families, in large part residents of housing estates. The question proposed by the authors is the need to locate these events within the broader setting of the destructuring of the French working class. The key question to be understood is the working condition “after the working class.” The authors resume discussions found in their book *Retour sur la condition ouvrière* (1999), analyzing the worsening of working conditions in more recent years and noting that the signs of racism in the working class environment are both a symptom and an effect.

Keywords: Urban unrest in France; Decomposition of the working class; Rupture of generations; Degradation of working conditions; Loss of working class solidarity.

Texto recebido e aprovado em 10/4/2006.

Stéphane Beaud é professor de sociologia da Universidade de Nantes. E-mail: beaud@elias.ens.fr.

Michel Pialoux é pesquisador do Centro de Sociologia Européia, CNRS. E-mail: michel.pialoux@free.fr.